



Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba

Curadoria Regional do Meio Ambiente

Inquérito Civil n. 06.2010.00004290-9

Investigado: Município de Lacerdópolis

Assunto: Regularização do saneamento básico no Município de Lacerdópolis

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **Ministério Público do Estado de Santa Catarina**, representado, neste ato, pela Promotora de Justiça titular da Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba, Márcia Denise Kandler Bittencourt, doravante designado **COMPROMITENTE**; o Município de Lacerdópolis, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo seu Prefeito, Sr. Sérgio Luiz Calegari, doravante designado **COMPROMISSÁRIO**, acompanhado do Assessor Jurídico Municipal Dr. Luis Fábio Tavares (OAB/SC n. 41.029); e a ARESC (Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina), representada neste ato pelo seu Diretor Técnico, Dr. Elmis Mannrich, doravante designado **ANUENTE**;

CONSIDERANDO a legitimidade do Ministério Público para a defesa dos interesses metaindividuais prevista no art. 129, inciso III, da Constituição da República e art. 5º da Lei n. 7.347/85;

CONSIDERANDO a possibilidade de o Ministério Público tomar compromisso de ajustamento de conduta, com fundamento no § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, *caput*, da Constituição da República);



Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba

CONSIDERANDO que, em 9 de setembro de 2004, foi instaurado Inquérito Civil, presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, com o objetivo de apurar responsabilidades em face do baixo índice de saneamento básico nos municípios catarinenses e buscar, numa ação conjunta e solidária com os órgãos do poder público, do Ministério Público e da sociedade em geral, a melhoria desse quadro;

CONSIDERANDO o Termo de Cooperação Técnica, assinado em 17 de novembro de 2005, na Procuradoria-Geral de Justiça, cujo objeto visa a articulação entre os órgãos signatários e o estabelecimento de ações integradas que possibilitem, dentro de um horizonte factível, elevar a patamares plausíveis o atual índice de atendimento à população urbana do Estado de Santa Catarina com serviços adequados de esgoto;

CONSIDERANDO que, em razão dos estudos realizados, constatou-se que, dos 295 municípios existentes no Estado de Santa Catarina, apenas 22 deles (8%) são atendidos, ainda que parcialmente com serviços adequados de esgoto, índice este inclusive inferior à média nacional que é de 19%;

CONSIDERANDO que Santa Catarina detém atualmente, dentre os estados brasileiros, um dos piores índices de atendimento à população urbana com serviços adequados de esgoto sanitário, na faixa de apenas 12%, inferior à média nacional que é de 44%;

CONSIDERANDO que tal situação tem deixado desprovida dessa importante infraestrutura mais de 4 milhões de catarinenses que residem na área urbana e levam o Estado a um perfil de saneamento equivalente ao de países pobres;

CONSIDERANDO que, da população urbana total residente nos municípios catarinenses atendidos com serviços de esgoto sanitário, apenas 16% dessa, ou não mais de 400.000 pessoas, têm seus esgotos coletados e tratados adequadamente;

CONSIDERANDO os cerca de 4 milhões de catarinenses



Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba

residentes na área urbana do Estado que não são atendidos por serviços de esgoto sanitário, chega-se ao número bastante significativo de 576 milhões de litros de esgoto que são despejados diariamente, de forma direta ou indireta, nos mananciais de água superficiais e subterrâneos ali existentes;

CONSIDERANDO que as doenças de veiculação hídrica provocam a cada ano um número elevado de internações hospitalares, as quais consomem anualmente do poder público recursos financeiros de grande monta nas ações de medicina curativa;

CONSIDERANDO que muitas doenças, tais como: Poliomielite, Hepatite A, Disenteria amebiana, diarreia por vírus, Febre tifóide, Febre paratifóide, Diarréias e Disenterias bacterianas como a cólera, Esquistossomose, entre outras, têm relação direta com a ausência de rede de esgoto sanitário;

CONSIDERANDO que estudos desenvolvidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) constataram que cada dólar investido em saneamento básico representa a redução de cerca de 4 a 5 dólares nos gastos com medicina curativa;

CONSIDERANDO que, embora a bacia hidrográfica deva ser considerada como unidade de planejamento, racionalizando as relações e ações dos diversos usuários e dos atores das áreas de saneamento, recursos hídricos e preservação ambiental, é essencial que cada município estruture-se na implantação da sua política municipal para, em um segundo momento, atingir-se o objetivo maior do planejamento regional por bacia hidrográfica;

CONSIDERANDO que a Lei Federal n. 11.445/2007, ao estabelecer diretrizes nacionais para o saneamento básico, prevê dentre as condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico "a existência de plano de saneamento básico", bem como "a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta Lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização" (art. 11, I e III);



Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba

CONSIDERANDO que a Lei Federal n. 11.445/2007 permite que, na prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, as atividades de regularização e fiscalização possam ser exercidas "por consórcio público de direito público integrado pelos titulares de serviços" (art. 15, II);

CONSIDERANDO que, conforme as diretrizes do Decreto n. 7.217/2010 o titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto, elaborar os planos de saneamento básico, observada a cooperação das associações representativas e da ampla participação da população e de associações representativas de vários segmentos da sociedade, como previsto na Lei no 10.257/01 (Estatuto da Cidade);

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Saneamento, como órgão integrante do Sistema Municipal de Saneamento, é a instância competente para dispor sobre a definição, deliberação e controle das ações de saneamento no âmbito do Município;

CONSIDERANDO que o Plano Municipal de Saneamento é o instrumento da Política Municipal de Saneamento que, dentre outras finalidades, define os programas e projetos onde serão aplicados os recursos financeiros do Fundo Municipal de Saneamento;

CONSIDERANDO que o Fundo Municipal de Saneamento é o instrumento institucional de caráter financeiro da Política Municipal de Saneamento, destinado a reunir e canalizar recursos financeiros para a execução dos programas do Plano Municipal de Saneamento;

CONSIDERANDO que o lançamento inadequado do esgoto no meio ambiente, seja por responsabilidade pública ou privada, implica no crime de poluição (art. 54, inc. VI, da Lei n. 9.605/98), podendo ser responsabilizados, por ação ou omissão, além de particulares, também os agentes públicos a uma pena de um a cinco anos de reclusão, podendo recair sobre estes, também, a responsabilidade por ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, inc. II, da Lei n. 8.429/92;

CONSIDERANDO que nos dias 11 e 12 de julho de 2007, a



Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba

Federação Catarinense dos Municípios – FECAM, principal entidade representativa dos Municípios Catarinenses, realizou, na Assembleia Legislativa do Estado, o Seminário intitulado *O Município Frente ao Novo Marco Regulatório do Saneamento*, resultando do encontro a conclusão de que as principais atribuições dos municípios na nova Política Nacional de Saneamento Básico, regulamentada pela Lei n. 11.445/2007, são a instituição da Política e do Plano Municipal de Saneamento Básico, além da definição da agência reguladora do serviço;

CONSIDERANDO que o Ministério Público de Santa Catarina, desde o ano de 2007, elencou, dentre os objetivos estratégicos para a área do meio ambiente, dar continuidade às ações já desencadeadas por meio de cooperação técnica e operacional com os entes públicos e privados envolvidos, visando à eliminação dos focos de contaminação e poluição, e em especial, em relação ao problema do saneamento básico, ao Plano de Trabalho proposto, com as adequações necessárias, no intuito de atingir os objetivos delineados no Inquérito Civil n. 04/2004/PGJ e no presente Inquérito Civil n. 06.2010.00004290-9, especificamente direcionado à melhoria do serviço de esgotamento sanitário;

CONSIDERANDO que o potencial poluidor do esgotamento sanitário, quando disposto inadequadamente, atinge direitos difusos da população, constitucionalmente garantidos, afetos às atribuições institucionais do Ministério Público;

CONSIDERANDO, enfim, as funções institucionais do Ministério Público, dentre as quais se destaca a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses relacionados à preservação do meio ambiente, podendo subscrever, para tanto, com os interessados, Termos de Compromisso de Ajustamento de Condutas,

CONSIDERANDO que, segundo consta do Inquérito Civil n. 06.2010.00004290-9, o Município de Lacerdópolis não formulou a Política Municipal de Saneamento Básico por meio de lei; não possui Conselho Municipal de Saneamento Básico; e a lei municipal que dispõe sobre as



Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba

normas de saúde em vigilância sanitária e estabelece penalidades (Lei Municipal n. 1.054/1993) está desatualizada em relação à Lei federal n. 11.445/2007;

CONSIDERANDO, portanto, a necessidade de se adequar a situação representada;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA** nos autos do Inquérito Civil Público n. 06.2010.00004290-9, com fulcro no artigo 5º, § 6º, da Lei 7.347/85, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 Constitui o objeto do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas a adequação do Município de Lacerdópolis às normas federais e estaduais que tratam do saneamento básico¹.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA ELABORAÇÃO E DA ADEQUAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

2.1 Fixa-se o **prazo de 6 (seis) meses**, contados da assinatura do presente Termo, para que o Município elabore, apresente à Câmara de Vereadores e aprove lei de Política Municipal de Saneamento Básico, contemplando o Conselho Municipal de Saneamento Básico, o Fundo de Saneamento Básico e a atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico.

2.1.1 O Município deverá comprovar o atendimento ao item 2.1 no prazo de 5 (cinco) dias contados do encerramento do item anterior, perante a apresentação de cópia da lei aprovada perante a Promotoria Regional do Meio Ambiente de

¹ Face o disposto no art. 24, XII e § 1º da CF/88, com especial atenção às Leis Federais 8.080/90 (normas gerais de defesa e proteção da saúde), 9.782/99 (Sistema Nacional de Vigilância Sanitária), 9.433/97 (Política Nacional dos Recursos Hídricos) 9.445/07 (Política Nacional de Saneamento) e Lei 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais) e às Leis Estaduais 6.320/83 (Código Estadual de Saúde), 9.748/94 (Política Estadual de Recursos Hídricos) e 13.517/05 (Política Estadual de Saneamento).



Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba

Joaçaba.

2.2 Fixa-se o **prazo de 6 (seis) meses**, contados da assinatura do presente Termo, para que o Município elabore, apresente à Câmara de Vereadores e aprove lei municipal que dispõe sobre as normas de saúde em vigilância sanitária e estabelece penalidades, atualizado a Lei Municipal n. 1.054/1993, que atualmente está desatualizada em relação à Lei Federal n. 11.445/2007.

2.2.1 O Município deverá comprovar o atendimento ao item 2.2 no prazo de 5 (cinco) dias contados do encerramento do item anterior, perante a apresentação de cópia da lei aprovada perante a Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA MULTA E DA EXECUÇÃO

3.1 A inexecução do presente compromisso pelo signatário e quaisquer dos prazos e obrigações fixados, exceto por motivos de força maior ou caso fortuito formal e devidamente justificados ao Ministério Público Estadual, facultará a este, decorridos os prazos previstos, a iniciar a imediata execução do presente Termo, sem prejuízo da responsabilização administrativa e criminal.

3.2 O descumprimento de quaisquer das cláusulas anteriores, exceto por motivos de força maior ou caso fortuito, formal e devidamente justificados ao Ministério Público Estadual, sujeitará os inadimplentes, na medida de sua responsabilidade, ao pagamento de multa diária correspondente a R\$ 500,00 (quinhentos reais).

3.3 A multa será recolhida ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, mediante a expedição de boleto a ser retirado diretamente na 1ª Promotoria de Justiça de Joaçaba.

3.4 A multa será exigida independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, estando o compromissário constituído em mora com o simples vencimento do prazo fixado.

3.5 Além do pagamento da multa, o descumprimento ou violação de quaisquer



Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba

dos compromissos assumidos facultará o protesto e a execução do presente termo de compromisso de ajustamento de conduta, que equivale a título executivo extrajudicial, ou então o aforamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público.

CLÁUSULA QUARTA

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 O Ministério Público compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial cível relacionada ao convencionado no presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta contra o compromissário caso cumpra integralmente o avençado.

4.2 As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

4.3 Os parâmetros pactuados no presente Termo não eximem as partes do cumprimento das exigências judiciais determinadas, ainda que de modo cautelar, em ações civis já propostas e em tramitação, bem como em procedimentos extrajudiciais já instaurados.

4.4 Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

4.5 O atual Prefeito Municipal, subscritor do presente termo, compromete-se em notificar formalmente seu sucessor quanto aos termos ora pactuados, remetendo cópia da documentação correspondente ao Ministério Público (1ª Promotoria de Joaçaba) no prazo de 20 (vinte) dias após a efetivação da transmissão, ficando o sucessor também responsável pela mesma medida, em caso de nova sucessão enquanto perdurar o cumprimento deste pacto.

4.6 O presente ajuste entrará em vigor na data da sua assinatura.



Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba

4.7 Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85 e do art. 784, inciso XII, do Código de Processo Civil.

4.8 O presente título executivo comportará o protesto, nos termos legais regulamentares e para surtir todos os efeitos que são lhe são próprios, com base na autorização do artigo 28, parágrafo único, V, do Ato n. 395/2018/PGJ.

Por estarem compromissados, firmam este **TERMO**, em 4 (quatro) vias de igual teor.

Fica, desde logo, **cientificado** o compromissário de que este Inquérito Civil será arquivado em relação ao signatário e de que a respectiva promoção de arquivamento será submetida ao Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõe o § 3º do artigo 9º da Lei n. 7.347/85 e o artigo 49 do Ato n. 395/2018/PGJ.

Joaçaba, 27 de agosto 2018.

(Assinado digitalmente)

Márcia Denise Kandler Bittencourt
Promotora de Justiça

Município de Lacerdópolis
Compromissário
Sérgio Luiz Calegari
Prefeito Municipal

Dr. Luis Fábio Tavares
OAB/SC n. 41.029
Assessor Jurídico do Município de Lacerdópolis

Elmis Mannrich
Diretor Técnico
Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - ARESC